
	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p> <p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
TERMO DE REFERÊNCIA		

PAE nº 2026/2113773

1) OBJETIVO DO TERMO DE REFERÊNCIA.

1.1 O Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de **DETECTORES FETAIS DE MESA E PORTÁTEIS**, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 3.371/23, de 29 de setembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.2 Esta iniciativa é fundamentada no estudo técnico preliminar que destaca a necessidade de ampliar a capacidade operacional da instituição, considerando o aumento na demanda hospitalar de leitos, juntamente com a necessidade de garantir a segurança e qualidade do funcionamento dos equipamentos médico-hospitalares.

1.3 O procedimento licitatório será conduzido na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, por meio do sistema de registro de preços, com adoção do critério de julgamento por menor preço por item e modo de disputa aberto. Essa metodologia visa assegurar ampla concorrência, transparência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.



1.4 Ademais, esta abordagem está plenamente alinhada à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, garantindo que o processo de aquisição seja conduzido com legalidade, eficiência e economicidade.

2) DEFINIÇÃO OBJETO.

2.1 Com base no estudo técnico preliminar anexado, o presente Termo de Referência (TR) foi elaborado com o objetivo de fornecer os elementos necessários e suficientes, para a realização de procedimento de contratação por meio de Pregão Eletrônico, utilizando-se do **Sistema de Registro de Preços** para a aquisição de **DETECTORES FETAIS DE MESA E PORTÁTEIS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES OBSTÉTRICAS E PRÉ-NATAIS DA INSTITUIÇÃO: ENFERMARIAS, TRIAGEM OBSTÉTRICA E PPP (PRÉ-PARTO, PARTO E PÓS-PARTO)**, especificados na tabela abaixo e no ANEXO I, pelo critério de julgamento de menor preço por item.

2.2 A aquisição de novos detectores fetais de mesa e portáteis são fundamentais para garantir a excelência no atendimento aos pacientes, pois são equipamentos indispensáveis para o monitoramento dos batimentos cardíacos fetais, assegurando a qualidade e a segurança no atendimento pré-natal e obstétrico, para com isso, otimizar os processos dentro do ambiente hospitalar.

2.3 A proposta de aquisição visa atender às necessidades das áreas assistenciais. Este TR define as condições, especificações técnicas, critérios de julgamento e estimativas para a aquisição, que será executada com base nos dispositivos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores. A implementação dessa estrutura moderna garantirá

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		

uma resposta ágil e eficaz às necessidades hospitalares, ao mesmo tempo em que contribuirá significativamente para a melhoria da segurança e da qualidade do atendimento prestado aos pacientes.

3) O QUE SERÁ CONTRATADO?

ITEM	OBJETO	FSCMPA QTD.	FHCGV QTD.	SESPA QTD.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	DETECTOR FETAL DE MESA	10	1	48	R\$ 2.498,91	R\$ 147.435,69
2	DETECTOR FETAL PORTÁTIL	40	2	74	R\$ 2.081,86	R\$241.495,78
ESTIMATIVA DO VALOR GLOBAL DOS ITENS FSCMPA			R\$ 108.263,50 (Cento e Oito Mil, Duzentos e Sessenta e Três Reais e Cinquenta Centavos)			
ESTIMATIVA DO VALOR GLOBAL DOS ITENS FHCGV			R\$ 6.662,63 (Seis Mil, Seiscentos e Sessenta e Dois Reais e Sessenta e Três Centavos)			
ESTIMATIVA DO VALOR GLOBAL DOS ITENS SESPA			R\$ 274.005,32 (Duzentos e Setenta e Quatro Mil e Cinco Reais e Trinta e Dois Centavos)			



3.1 Deverão ser licitados os materiais, conforme tabela acima.

3.2 As quantidades indicadas no Termo de Referência e na proposta vencedora representam estimativas máximas de consumo da Administração, podendo ser adquiridas total ou parcialmente, conforme a real necessidade da Contratante, respeitados os limites da vantajosidade e da economicidade.

3.3 A Contratante reserva-se o direito de solicitar, a seu exclusivo critério e de acordo com a disponibilidade orçamentária e a demanda efetiva, quantidades inferiores às previstas para cada item do lote, desde que tal redução:

3.3.1 Não implique desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

3.3.2 Não frustre o objeto da contratação;

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p> <p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
TERMO DE REFERÊNCIA		

3.3.3 Seja tecnicamente justificada nos autos.

3.4 A eventual contratação parcial dos quantitativos não acarretará, em nenhuma hipótese, direito à indenização, compensação ou ressarcimento ao Contratado, salvo se comprovadamente resultar em desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do §1º do art. 65 da Lei nº 14.133/2021.

3.5 O contratado se obriga a cumprir o fornecimento dos quantitativos efetivamente demandados, dentro dos prazos e condições previstos neste contrato, independentemente da quantidade total inicialmente estimada.

4) NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

4.1- QUAL A JUSTIFICATIVA PARA ESTA CONTRATAÇÃO?

4.1.1- A presente justificativa tem por objetivo fundamentar a aquisição de detectores fetais de mesa e detectores fetais portáteis para Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, considerando a capacidade instalada, o perfil assistencial, a elevada demanda por monitorização fetal, bem como a necessidade de renovação do parque tecnológico atualmente existente.

4.1.2- A instituição possui expressiva estrutura assistencial obstétrica, composta por 124 leitos obstétricos distribuídos em quatro enfermarias (Enfermaria Santa Marta, Santa Rita, Santana e Santa Terezinha, com 31 leitos cada), além de 09 salas de Triagem Obstétrica, 10 leitos de PPP (Pré-parto, Parto e Pós-parto), 07 leitos no Centro Obstétrico e 04 salas cirúrgicas obstétricas, o que possibilita o atendimento simultâneo de grande número de gestantes em diferentes fases da assistência.

4.1.3- A taxa média de ocupação obstétrica é elevada, com rotatividade constante de pacientes e predominância de atendimentos a gestantes de risco habitual, associada a parcela significativa de gestantes de risco intermediário a grave, que demandam avaliações fetais seriadas e, em determinadas situações, monitorização mais frequente durante a internação, triagem, trabalho de parto e período pré-operatório.

4.1.4- Ressalta-se que a última aquisição de detectores fetais na unidade ocorreu em outubro de 2020, sendo que os equipamentos atualmente em uso apresentam aproximadamente 6 anos de utilização contínua, período que corresponde a mais de 75% da vida útil recomendada para esse tipo de equipamento em ambiente de uso intensivo. Tal

TERMO DE REFERÊNCIA



cenário caracteriza obsolescência tecnológica progressiva, com aumento da incidência de falhas e indisponibilidades operacionais.

4.1.5- Atualmente, o hospital dispõe de 21 detectores fetais em funcionamento, o que representa uma cobertura inferior a 15% da necessidade potencial, considerando a possibilidade de avaliações simultâneas nos diversos setores. Desse total, 08 unidades correspondem a detectores fetais portáteis e 13 unidades a detectores fetais de mesa. Destaca-se, ainda, que não há equipamentos de backup, o que expõe a instituição a risco assistencial significativo em situações de manutenção corretiva, falhas inesperadas ou picos de ocupação, inexistindo reserva técnica para substituição imediata.

4.1.6- A distribuição planejada dos novos equipamentos visa corrigir esse déficit, ampliar a cobertura assistencial e garantir maior equilíbrio entre os setores, com reforço principalmente na Triagem Obstétrica e no PPP, áreas que concentram cerca de 40% da circulação diária de gestantes, caracterizadas por elevada rotatividade, necessidade de avaliações repetidas em curto intervalo de tempo e atendimento simultâneo.

4.1.7- Conforme estabelece a RDC ANVISA nº 50/2002, os serviços de saúde devem dispor de equipamentos compatíveis com a complexidade do atendimento e suficientes para atender à demanda assistencial, não sendo fixado quantitativo mínimo, mas sendo obrigatória a adequação à capacidade instalada, à segurança do paciente e à continuidade do cuidado. Nesse contexto, a manutenção de parque tecnológico com elevado grau de obsolescência e quantitativo insuficiente de equipamentos representa risco assistencial e inconformidade com as boas práticas sanitárias.

4.1.8- Dessa forma, a aquisição proposta permitirá a renovação do parque tecnológico obsoleto, a ampliação significativa da capacidade operacional, a criação de reserva técnica (backup) e a redução expressiva do risco de descontinuidade assistencial, assegurando maior cobertura, eficiência e segurança na assistência materno-fetal.

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		

5) A CONTRATAÇÃO DEVE SER ITEM OU EM LOTE

5.1-O OBJETO DA CONTRATAÇÃO É POR ITEM?

☐ Não.

☒ Sim.

Justificativa: (Justificativa, conforme ANEXO II).

6) A CONTRATAÇÃO POSSUI RESERVA DE COTA PARA ME/EPP:

6.1- HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?

☒ Não.

☐ Sim.

Justificativa:(A não inclusão de cota reservada para ME/EPP no presente processo é tecnicamente justificada e está em conformidade com as exceções previstas na Lei Complementar nº 123/2006, artigo 49, inciso III, que estabelece que a reserva de cota pode ser afastada quando sua aplicação não for vantajosa para a administração pública ou representar prejuízo à qualidade ou complexidade do objeto a ser contratado.).

Indicar os itens: (Indicar os itens).

7) A CONTRATAÇÃO POSSUI INSTRUMENTO AUXILIAR

7.1- QUAL O PROCEDIMENTO AUXILIAR DA CONTRATAÇÃO?

☐ Credenciamento:

☐ Pré - qualificação:

☐ Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI):

☒ Sistema de Registro de Preços (SRP):

☐ Registro Cadastral:



☐ Sem Instrumento Auxiliar:

8) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



8.1- QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?

8.1.1- O principal motivo para a aquisição dos materiais técnico-hospitalares: **DETECTORES FETAIS DE MESA E PORTÁTEIS**, é atualizar e renovar os equipamentos atualmente em uso que possuem tempo de utilização elevado, e muitos encontram-se inoperantes e sem possibilidade de reparo, devido à indisponibilidade de peças e suporte técnico.



8.1.2- Além disso, a abertura de novos leitos de enfermaria exige

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		

	a ampliação e adequação do parque tecnológico, assegurando o atendimento integral e contínuo às gestantes.
9) NATUREZA DO BEM	
9.1- QUAL O TIPO DA NATUREZA DO BEM?	<input checked="" type="checkbox"/> Bens Comum. <input type="checkbox"/> Bens Especial. <input type="checkbox"/> Bens e Serviços Especiais. <input type="checkbox"/> Obras e Serviços de Engenharia <p style="text-align: center;">Justificativa:().</p> <input type="checkbox"/> Outros.
10) PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM	
10.1 - ASPECTOS GERAIS.	10.1.1- Os aspectos de qualidade, rendimento, durabilidade e segurança dos detectores fetais serão assegurados com base nos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência, mesmo sem a realização de provas de qualidade ou exigência de amostras durante o processo licitatório. Isso significa que a confiabilidade e a adequação dos equipamentos às necessidades de saúde serão garantidas por meio da análise documental e técnica das especificações fornecidas pelos licitantes, em conformidade com as normas e padrões regulamentares aplicáveis.
10.2 - HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?	<input type="checkbox"/> Justificativa: (A prova de qualidade deve ser sempre justificada e deverá ser comprovada por certificação de instituição credenciada pelo CONMETRO). <input checked="" type="checkbox"/> Não.
10.3 - O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?	<input type="checkbox"/> Justificativa: (A exigência de amostra deve ser justificada). <input checked="" type="checkbox"/> Não.



	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p> <p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
TERMO DE REFERÊNCIA		

<p>10.4 - HAVERÁ GARANTIA DO BEM?</p>	<p>Justificativa: Os itens 1 e 2 deverão ter garantia assegurada de no mínimo 12 (doze) meses.</p> <p>A garantia terá início após instalação, testes e liberação para o pleno funcionamento dos equipamentos na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA), sem ônus adicional para a instituição, com garantia de comercialização de peças e assistência técnica no país, onde tal requisito deve estar descrito no Termo de Garantia ou Certificado de Garantia Fornecido pelo Fabricante ou Fornecedor;</p> <p>Os chamados relativos à garantia serão feitos pela Contratante, por escrito, e-mail ou por telefone obrigando-se a empresa a atendê-la no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, caso tenha que retirar os produtos das instalações do usuário, os equipamentos devem ser devolvidos em prazo acordado com a Contratante, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais).</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p>Os detectores fetais são equipamentos essenciais para o monitoramento dos batimentos cardíacos fetais, contribuindo diretamente para a detecção precoce de alterações no bem-estar fetal e para a segurança do cuidado obstétrico. A exigência de garantia assegura que, caso haja algum defeito ou falha técnica nos equipamentos, a Instituição será devidamente assistida pelo fornecedor para resolver o problema sem custos adicionais. Isso garante que os profissionais da saúde possam utilizar os equipamentos com confiança e sem interrupções no atendimento aos pacientes.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>10.5 - HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens X e Y, durante N meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meio de empresa credenciada contratada por ele</i>, sem custo para a administração pública.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos itens contratados.</p> <p><input type="checkbox"/> Não será prestada assistência técnica em relação aos itens X e Y.</p>

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p> <p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
TERMO DE REFERÊNCIA		

11) CRITÉRIOS DE SELEÇÃO



11.1- FORMA DE CONTRATAÇÃO	<p><input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor*, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica.</p> <p><input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, caput, inciso IV, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico, pautado no art. 28 - inciso I c/c art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo definido o modo aberto para estar especificada no Edital desta aquisição.</p>
11.2- CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<p><input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.</p> <p><input type="checkbox"/> Maior desconto.</p> <p><input type="checkbox"/> Outro (Descrever)</p>
11.3- O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<p><input type="checkbox"/> Justificativa: <i>(Exemplo: optamos pelo sigilo em função do registro de valor que mais favorecer a admiração pública, para dos devidos fins, segue no anexo-II a justificativa para o orçamento sigiloso):</i></p> <p>Sim.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
11.4- CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	<p>11.4.1- O licitante que apresentar o menor preço deverá enviar proposta conforme especificações técnicas deste Termo de Referência e ainda vir acompanhada conforme a seguir:</p> <p>11.4.1.1- Especificação, quantidade e valor unitário do produto.</p> <p>11.4.1.2- Nome do fabricante, marca/modelo e número do produto no Ministério da Saúde/ANVISA, no caso de equipamento.</p> <p>11.4.1.3- Procedência do produto (País de origem).</p> <p>11.4.1.4- Prazo de garantia contra defeito de fabricação.</p> <p>11.4.1.5- Prazo de validade da proposta, que não deverá ser inferior a 3 (três) meses.</p> <p>11.4.2- Deverá ser enviado em anexo à proposta da licitante:</p> <p>11.4.2.1- Comprovante do Registro, Cadastramento ou Notificação do produto ofertado no Ministério da Saúde do Brasil/ANVISA, ou</p>

	<p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
<p align="center">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>		
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>		



	<p>comprovação da ausência desta obrigatoriedade, quando for equipamento médico hospitalar.</p> <p>11.4.2.2- Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pelo Ministério da Saúde do Brasil/ANVISA, ou comprovação da ausência desta obrigatoriedade quando for equipamento médico hospitalar.</p> <p>11.4.2.3- Licença ou autorização da Vigilância Sanitária em favor da licitante, autorizando a mesma a comercializar o objeto desta licitação que se subordina a normas de vigilância sanitária.</p> <p>11.4.2.4- Deverá também ser enviado em anexo à proposta, para efeito de julgamento técnico do produto que a licitante está disputando catálogo descritivo e figurado do item ofertado, em idioma português ou traduzido para o mesmo vernáculo por tradutor juramentado, onde constem as especificações técnicas do produto ofertado, necessárias e suficientes para verificar a sua adequação às especificações requeridas no Termo de Referência.</p> <p>11.4.2.5- Contrato social atualizado ou no caso de firma individual, documento respectivo onde conste o objeto social da pessoa jurídica, bem como, quem é responsável para representá-la extrajudicialmente.</p> <p>11.4.2.6- No caso de a Ata e do contrato ser assinado por procurador da licitante vencedora, deverá ser enviado o instrumento público ou particular de procuração, este com assinatura reconhecida em cartório.</p> <p>11.4.2.7- Documento de identidade do responsável pela licitante ou de seu Procurador, no caso de ser este o responsável pela assinatura da ATA e do contrato.</p> <p>11.4.3- Indicar o valor unitário de cada um dos itens que o licitante está disputando, cotado em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em até duas casas decimais após a vírgula.</p> <p>11.4.4- Conter o nome, estado civil, profissão, número do CPF e do documento de Identidade (RG), domicílio e cargo na empresa, da pessoa que ficará encarregada da assinatura do contrato.</p>
--	---

12) DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

<p>12.1- DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.</p>	<p>12.1.1- A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogada uma única vez por igual período.</p>
<p>12.2- POSSIBILIDADE DE</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Como? O preço registrado poderá ser alterado após</p>

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		



ALTERAÇÃO DO PREÇO REGISTRADO:	<p>Sim. negociação, conforme dispostos do decreto ESTADUAL nº 3.371, de 29 de setembro de 2023.</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
12.3- DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:	<p>12.3.1- Descumprir as condições da Ata de registro de preços, sem justificativa plausível;</p> <p>12.3.2- Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela FSCMPA, sem justificativa aceitável;</p> <p>12.3.3- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;</p> <p>12.3.4- Sofrer sanção de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade;</p> <p>12.3.5- Não aceitar o preço revisado pela FSCMPA</p> <p>12.3.6- O cancelamento de registros será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.</p> <p>12.3.7- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:</p> <p>12.3.8- A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seu(s) anexo(s).</p> <p>12.3.9- Por razão de interesse público; ou a pedido do fornecedor.</p>
12.4- O GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	<p>12.4.1- O gestor do contrato será destinado pelo setor de contratos, caso não tenha especificado um gestor, o próprio setor ficará responsável pela gestão do contrato.</p> <p>12.4.2- O gestor da Ata de Registro de Preços acompanhará a manutenção das condições de habilitação da detentora, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.</p> <p>12.4.3- A Ata de Registro de Preços deverá ser executado</p>

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		


	fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
12.5- AS COMUNICAÇÕES ENTRE O ÓRGÃO OU ENTIDADE E A CONTRATADA	12.5.1- Devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13) REQUISITOS DA CONTRATADA



13.1- SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Qual? <p>13.1.1- Comprovação do registro dos produtos na ANVISA.</p> <p>13.1.1.1- Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar documento que comprove o pedido de sua revalidação (protocolo) juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de revalidação do referido registro.</p> <p>13.1.1.2- As empresas que não apresentarem a documentação supracitada serão automaticamente eliminadas.</p> <p>13.1.2- Autorização de Funcionamento Empresa (AFE) do licitante, e da fabricante/ou detentora do registro na Anvisa, conforme legislação vigente, na validade, devendo apresentar cópia da AFE ou impressão da tela do site da ANVISA com a situação “ATIVA”.</p> <p>13.1.3- Licença de Funcionamento (Alvará Sanitário) atualizada da licitante e da fabricante/ou detentora do registro na Anvisa.</p> <p>13.1.4- Todos os equipamentos listados deverão ter garantia que o ano de fabricação não exceda o ano exercício ou o anterior imediato do pedido, devendo haver indicação expressa ou declaração do licitante – assinada pelo representante legal.</p> <p>13.1.5- Critérios para avaliação da documentação:</p>
--	--	--

	<p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
<p align="center">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>		
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>		



	<p>13.1.5.1- Verificar e validar a documentação técnica apresentada, incluindo os documentos pertinentes ao fornecedor e ao material;</p> <p>13.1.5.2- Verificar e validar se a proposta apresentada atende ao termo de referência;</p> <p>13.1.5.3- Compôr as documentações como: Catálogo, Manual de operação (e mídia, caso possua) na língua portuguesa Brasileira;</p> <p>13.1.5.4- Embalagem: Acondicionado de acordo com a praxe do fabricante, de forma a garantir a integridade do produto até o local de uso. Deverão constar externamente na embalagem os seguintes dados: conteúdo qualitativo e quantitativo, marca comercial, procedência de fabricação, CNPJ da empresa e número do registro no Ministério da Saúde/ANVISA.</p> <p>13.1.5.5- Os documentos emitidos pela ANVISA serão analisados por profissionais da presente FSCMPA, como validade de registro e tecnovigilância do produto.</p> <p>A solicitação de documentação específica para comprovação de qualificação técnica e operacional dos licitantes neste processo de licitação é necessária para garantir que os equipamentos adquiridos para área técnica da Gerência de Equipamentos (Engenharia Clínica) – GEQP/CEFF da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA) compareçam aos elevados padrões de qualidade, segurança e conformidade técnica exigidas. Entre as exigências, destaca-se o registro dos produtos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que comprova a legalidade e conformidade dos equipamentos com as normas sanitárias vigentes.</p> <p>Além disso, é obrigatório que os licitantes apresentem uma Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela ANVISA, bem como uma licença de funcionamento sanitário atualizada, emitida por órgãos estaduais ou municipais competentes, para validar a legalidade das</p> <p align="center">Por quê?</p>
--	---

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p> <p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
TERMO DE REFERÊNCIA		



	<p>operações das empresas participantes. Essas documentações são essenciais para garantir que tanto o fornecedor quanto os produtos oferecidos estejam devidamente regularizados, garantindo a confiabilidade do processo de aquisição.</p> <p>No caso de registro de produtos vencidos, o licitante deverá comprovar que a revalidação foi solicitada, mediante protocolo e comprovante de pagamento de imposto, garantindo que a atualização do registro esteja em andamento. Da mesma forma, os licitantes que se enquadrarem em casos de registro autorizado deverão apresentar documentos que comprovem tal condição, garantindo total transparência e cumprimento das exigências legais.</p> <p>Caso surjam dúvidas sobre a documentação apresentada, a comissão de licitação poderá realizar diligências, conforme previsto nos incisos I e II, parágrafos 1º e 2º do art. 64 da Lei 14.133/2021, para esclarecer possíveis inconsistências. É importante ressaltar que as propostas que não atenderem às especificações contidas no edital ou apresentarem irregularidades serão desclassificadas, garantindo que apenas empresas comprometidas e em conformidade com as exigências sejam consideradas durante o julgamento.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>13.2- QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual. Justificativa: <i>O referido documento certificará que o participante do certame possui pleno conhecimento das obrigações assumidas caso venha a consagrar-se vencedor do certame.</i></p> <p><input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente. Justificativa:</p> <p><input type="checkbox"/> Indicação de pessoal Justificativa:</p>

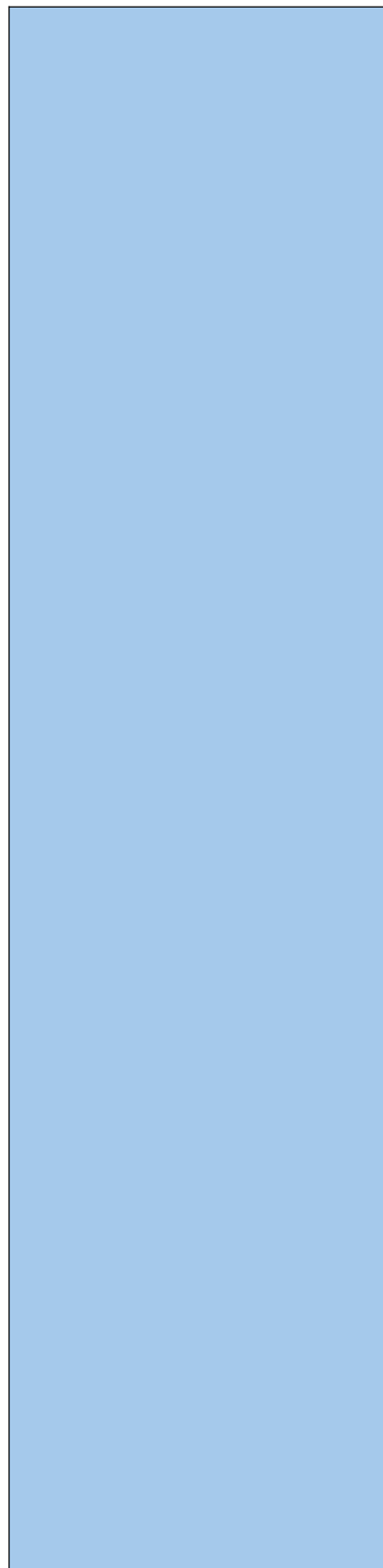
	<p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
<p align="center">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>		
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>		

	<p>técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.</p> <p><input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial.</p> <p>Especificar: <i>(Indicar o requisito e o seu fundamento legal).</i> Justificativa:</p> <p><input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação. Justificativa:</p>
<p>13.3- CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim Qual?</p> <p>13.3.1- Verificar e validar a documentação técnica apresentada, incluindo os documentos pertinentes ao fornecedor e ao material;</p> <p>13.3.2- Verificar e validar se a proposta apresentada atende ao termo de referência;</p> <p>13.3.3- Compor as documentações como: Catálogo, Manual de operação (e mídia, caso possua) na língua portuguesa Brasileira</p> <p>13.3.4- Embalagem: Acondicionado de acordo com a praxe do fabricante, de forma a garantir a integridade do produto até o local de uso. Deverão constar externamente na embalagem os seguintes dados: conteúdo qualitativo e quantitativo, marca comercial, procedência de fabricação, CNPJ da empresa e número do registro no Ministério da Saúde/ANVISA.</p> <p>13.3.5- No caso de Ata e do contrato ser</p>

	<p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
	<p align="center">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>		

	<p>assinado por procurador da licitante vencedora, deverá ser enviado o instrumento público ou particular de procuração, este com assinatura reconhecida em cartório.</p> <p>13.3.6- Documento de identidade do responsável pela licitante ou de seu Procurador, no caso de ser este o responsável pela assinatura da ATA e do contrato.</p> <p>13.3.7- Os documentos emitidos pela ANVISA serão analisados por profissionais da presente FSCMPA, como validade de registro e tecnovigilância do produto.</p> <p>13.3.8- As empresas que não apresentarem a documentação supracitada conforme as exigências, segurança técnica e jurídica serão automaticamente eliminadas.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>13.4- HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?</p>	<p>Especificar: <i>(Descrito no ETP e conforme disposto no Decreto nº 4.193, de 18/09/2024, do Governo do Estado do Pará que prever sobre as diretrizes e critérios de sustentabilidade a serem observados nas licitações e contratações realizadas pela Administração Pública Estadual.</i></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>13.5- HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?</p>	<p>Especificar:</p> <p>Risco de Conformidade Regulatória: Uma empresa contratada para fornecer equipamentos especializados para área técnica da Gerência de Equipamentos (Engenharia Clínica) – GEQP/CEFF da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA) deve garantir que todos os produtos e serviços estejam em total conformidade com as normas e regulamentações disposições da ANVISA e outros órgãos reguladores. O descumprimento desse critério pode resultar em deliberações,</p> <p>Quais?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p>

	<p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
<p align="center">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>		
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>		





como multas, interdições ou até mesmo a impossibilidade de utilização dos equipamentos adquiridos.

Risco de Qualidade e Segurança dos Equipamentos: A qualidade e a segurança dos equipamentos são cruciais para garantir a eficiência e confiabilidade. Equipamentos defeituosos, obsoletos ou que não atendem às especificações podem comprometer a esterilização, colocando em risco a segurança dos pacientes e a integridade dos materiais. Falhas neste aspecto podem gerar responsabilidades legais e impactar valores de confiança do hospital e da empresa fornecedora.

Risco Operacional: A empresa contratada assume o risco operacional relacionado à instalação, funcionamento e manutenção dos equipamentos. Problemas técnicos ou falhas nos dispositivos podem causar interrupções nos processos da Gerência de Equipamentos (Engenharia Clínica) – GEQP/CEFF, comprometendo a continuidade dos serviços hospitalares. É essencial garantir um suporte técnico ágil e eficiente para minimizar os riscos e garantir o pleno funcionamento dos equipamentos.

Risco: O contrato de aquisição de equipamentos pode estar sujeito a riscos financeiros, como aumento nos custos de transporte, instalação e manutenção, além de possíveis opções cambiais para itens importados. Caso os preços contratados sejam fixos e irremovíveis, essas flutuações podem impactar as previsões econômicas para o fornecedor e até atrasar o fornecido.



Risco de Responsabilidade Civil: Caso os equipamentos adquiridos apresentem falhas

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		



	<p>que resultem em problemas relacionados à segurança dos pacientes, a empresa fornecedora poderá ser responsabilizada civilmente. Isso inclui riscos de ações judiciais e possíveis avaliações administrativas, além do impacto negativo na revisão da instituição.</p> <p>Risco de Gestão de Contrato: A gestão restrita do contrato pode gerar problemas como atrasos na entrega, não conformidade com as especificações técnicas ou falta de suporte adequado. Uma comunicação ineficaz entre a empresa fornecedora e a administração hospitalar pode resultar em conflitos, insatisfação e comprometimento da relação contratual, prejudicando o andamento do projeto e a operação da Gerência de Equipamentos (Engenharia Clínica) – GEQP/CEFF.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
--	---

14) FORMA DE ENTREGA DO BEM



14.1- COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?	<p><input checked="" type="checkbox"/> A entrega do bem deverá ser no prazo máximo de 60 (Sessenta) dias após o recebimento da nota de empenho pela contratada, conforme edital.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> O bem deve ser entregue de forma única, com todos os seus acessórios e total requisito para perfeito funcionamento.</p>
14.2- LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM	<p>14.2.1- Almoxarifado Central da Santa Casa, localizado na Rua Oliveira Belo 395, no Bairro do Umarizal, CEP: 66050-380 - Belém/PA.</p> <p>14.2.2- O horário de entrega é das 08:00 às 15:00 horas de segunda a sexta-feira. Podendo ser agendado pelo telefone (91) 3251-7371.</p>
14.3- PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE	<p>14.3.1- Validade de insumos:</p> <p>14.3.2- Quando a vida útil for igual ou inferior a 12 (doze) meses, validade mínima de 70% (setenta por cento);</p>

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		



	14.3.3- Quando a vida útil for superior a 12 (doze) meses, validade mínima de 50% (cinquenta por cento).								
15) PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO									
15.1- PRAZO DO CONTRATO	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.								
15.2- HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Não.								
15.3- FORMA DE PAGAMENTO	<table border="1"> <tr> <td>Meio</td> <td>Ordem bancária.</td> </tr> <tr> <td>Onde?</td> <td>Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará - BANPARÁ.</td> </tr> <tr> <td>Qual o prazo?</td> <td>O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota fiscal (ou fatura), acompanhada do comprovante de regularidade fiscal da contratada, e após a conclusão de todos os testes funcionais e a instalação dos equipamentos, quando aplicável.</td> </tr> <tr> <td>Prova da regularidade fiscal</td> <td> A regularidade fiscal pode ser provada: 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. <i>ou</i> 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais. </td> </tr> </table>	Meio	Ordem bancária.	Onde?	Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará - BANPARÁ.	Qual o prazo?	O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota fiscal (ou fatura), acompanhada do comprovante de regularidade fiscal da contratada, e após a conclusão de todos os testes funcionais e a instalação dos equipamentos, quando aplicável.	Prova da regularidade fiscal	A regularidade fiscal pode ser provada: 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. <i>ou</i> 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
Meio	Ordem bancária.								
Onde?	Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará - BANPARÁ.								
Qual o prazo?	O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota fiscal (ou fatura), acompanhada do comprovante de regularidade fiscal da contratada, e após a conclusão de todos os testes funcionais e a instalação dos equipamentos, quando aplicável.								
Prova da regularidade fiscal	A regularidade fiscal pode ser provada: 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. <i>ou</i> 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.								
15.4- CONDIÇÃO PARA O PAGAMENTO	15.4.1- A forma de pagamento será por ordem bancária na conta corrente da contratada, no prazo de até 30 (Trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com comprovante de regularidade fiscal da contratada. 15.4.2- A prova de Regularidade Fiscal pode ser feita por								

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		



	<p>consulta SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante, ou ainda pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.</p>
15.5- QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	<p><input type="checkbox"/> X% do valor inicial do contrato.</p> <p>Justificativa: <i>(O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).</i></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não há.</p> <p>Justificativa: <i>por se tratar de pagamento posterior a entrega do objeto, não se faz necessário garantia contratual.</i></p>
15.6- DEVERES DA CONTRATADA	<p>15.6.1- Fornecer os produtos atendendo plena e satisfatoriamente o especificado no Termo de Referência, entregando o objeto nas quantidades e prazos estabelecidos.</p> <p>15.6.2- Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto entregue.</p> <p>15.6.3- A entrega do objeto deve ser com Nota Fiscal Eletrônica, de acordo com o especificado na nota de empenho, juntando a esta as Certidões de Regularidade Fiscal (FGTS, Previdenciária, Dívida Ativa da União e Receita Estadual).</p> <p>15.6.4- A entrega do objeto em desacordo com o solicitado neste Termo e aprovado pelo parecer técnico, deverá ser trocado no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da notificação do erro.</p> <p>15.6.5- O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).</p> <p>15.6.6- Os equipamentos médico-hospitalares deverão ser instalados pelo fornecedor ou seu representante autorizado.</p> <p>15.6.7- Deve efetuar os testes de instalação do equipamento, realizando demonstração de seu funcionamento à equipe técnica de acompanhamento.</p> <p>15.6.8- Deve fornecer à Instituição todas as informações</p>

	<p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
<p align="center">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>		
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>		



	<p>técnicas em português, necessárias e suficientes para a operação correta e segura do equipamento (manual de operação).</p> <p>15.6.9- Após a entrega, deverá ser realizado treinamento nos três turnos de funcionamento da Instituição (Manhã, Tarde e Noite), durante 03 (Três) dias seguidos, considerando a escala dos funcionários da Instituição.</p> <p>15.6.10- Após a instalação e funcionamento dos equipamentos deverá ser agendado um treinamento a cada 06 (Seis) meses, a título de reciclagem, para os operadores dos equipamentos quanto dos técnicos de manutenção da Instituição, até o final da garantia do produto.</p> <p>15.6.11- Os custos de treinamento, tanto dos operadores do equipamento quanto dos técnicos de manutenção da Instituição, incluindo a participação de especialistas (quando necessário) e o possível uso de material didático são de total responsabilidade da CONTRATADA.</p> <p>15.6.12- Todas as manutenções corretivas, preventivas e calibrações necessárias para o equipamento e/ou seus acessórios dentro do período da garantia devem ser realizados pela CONTRATADA, sem ônus à Instituição e com emissão de Certificado.</p> <p>15.6.12.1 - As manutenções preventivas e calibrações dos detectores fetais de mesa e portáteis devem ser realizadas dentro do período da garantia pela CONTRATADA, onde se incluem procedimentos de verificação visual, testes de áudio, calibração de sensores, revisão do sistema elétrico e se caso fizer necessário, realizar substituição de componentes como baterias e transdutores, sempre de acordo com as instruções do fabricante e as normas técnicas, sem acarretar qualquer cobrança extra para instituição caso seja necessário transporte desses equipamentos.</p> <p>15.6.13- Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito, via e-mail ou por telefone, obrigando-se a empresa ao atendimento preliminar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.</p>
--	---

	<p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p>	
<p align="center">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>		
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>		

	<p>15.6.14- Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no cumprimento das obrigações deste Edital, ficando, ainda, a CONTRATANTE isentas de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária.</p> <p>15.6.15- Fornecer os produtos novos, de primeiro uso e que estejam na linha de produção atual do fabricante e em perfeitas condições de uso, conforme as propostas apresentadas e suas especificações.</p> <p>15.6.16- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no presente instrumento.</p> <p>15.6.17- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FSCMPA.</p>
<p>15.7- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE</p>	<p>15.7.1- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;</p> <p>15.7.2- Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir as obrigações;</p> <p>15.7.3- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;</p> <p>15.7.4- Não permitir a intervenção de estranhos na instalação do equipamento contratado.</p> <p>15.7.5- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;</p> <p>15.7.6- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;</p> <p>15.7.7- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;</p> <p>15.7.8- Rejeitar os serviços ou insumos nas quais as</p>

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</p> <p style="text-align: center;">GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</p>	
TERMO DE REFERÊNCIA		

	<p>especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes no Termo de Referência e seus anexos;</p> <p>15.7.9- A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;</p> <p>15.7.10- Cabe ao setor da Gerência de Equipamentos (Engenharia Clínica) – GEQP/CEFF notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;</p>
<p>15.8- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.</p>	<p>15.8.1- Serão aplicáveis, no que couberem, as sanções administrativas descritas na Lei nº 14.133/21, além de outras normas complementares.</p>
<p>15.9- RESPONSÁVEL PELA GESTÃO / FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.</p>	<p>15.9.1- A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos designados Representantes da Administração, para o acompanhamento e a fiscalização do contrato, conforme artigo 117 da lei 14.133/21.</p> <p>15.9.2- Para fiscal do contrato indicamos o Sr. LUÍS CARLOS BRAGA CAMPELO, Gerente de Equipamentos, matrícula Nº 5958955/2, lotado na Coordenação de Estrutura Física Funcional e Patrimônio - CEFF, Telefone: (91) 4009-7305, e-mail: luis.campelo@santacasa.pa.gov.br</p> <p>15.9.3- Para fiscal substituto indicamos o Sra. CAMILLY PERES GONÇALVES, Engenheira Clínica, matrícula 5994288/1, lotada na Coordenação de Estrutura Física Funcional e Patrimônio - CEFF, Telefone: (91) 4009-7305, e-mail: camilly.goncalves@santacasa.pa.gov.br</p> <p>15.9.4- A presença de fiscalização pela CONTRATANTE não elide, assim como não diminui a responsabilidade da CONTRATADA com suas obrigações contratuais.</p>

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		

16) PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1- DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO.	Funcional Programática: xxx.
	Elemento de Despesa: xxx.
	Fonte do Recurso: xxx.
	<i>Obs.:</i> Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.



Belém, 26 de Março de 2026.

Camilly Peres Gonçalves
Engenheira Clínica
GEQP/CEFF

ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Luis Carlos Braga Campelo
Gerente de Equipamentos
GEQP/CEFF

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA



 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	FSCMPA QTD.	FHCGV QTD.	SESPA QTD.
1	DETECTOR FETAL DE MESA Monitor doppler fetal de mesa é utilizado para detecção de batimentos cardíacos fetais entre a 10ª e 12ª semana de gestação, possibilitando a avaliação do ritmo fetal cardíaco durante o período gestacional, com capacidade para detecção de gravidez múltipla, ajudar na localização e diagnóstico da placenta prévia, assim como, ouvir o fluxo do cordão umbilical. Características mínimas: O monitor doppler deve conter som de excelência, sem ruídos ou interferências e alta sensibilidade na detecção do sinal, frequência cardíaca fetal (FCF) com alta performance e sensibilidade baseado em uma taxa de medição entre 50 a 240 bpm. Indispensável para avaliar o bem-estar fetal em exames de rotina. Transdutor de alta sensibilidade, compacto, leve e de fácil operação; Alto-falante de alta performance; Design ergonômico e suporte para transdutor, Entrada para fone de ouvido; Botão liga-desliga; Controle digital de volume e tonalidade em até 10 níveis; Desligamento automático após inatividade; Display LCD com painel indicador para visualização do indicador de nível de bateria, batimentos cardíacos, nível de volume, nível de tonalidade e frequência de trabalho. Possuir alarmes visuais/sonoros ajustáveis e programáveis; Fonte de alimentação Bivolt e Autonomia máxima do equipamento entre 4 e 6 horas de duração. Frequência de trabalho: 2 MHz \pm 10%; Diâmetro máximo do foco ultrassônico: 50 mm; Profundidade máxima do feixe ultrassônico: 200 mm e Potência	10	1	48

TERMO DE REFERÊNCIA

	<p>ultrassônica: $< 5\text{mW/cm}^2$.</p> <p>Conteúdo na embalagem: 01 – Monitor doppler fetal de mesa 02 – Transdutor 02 – Frasco de Gel 02 – Fonte alimentação bivolt 01 – Manual de instruções</p>			
2	<p>DETECTOR FETAL PORTÁTIL</p> <p>Sonar doppler fetal portátil é utilizado para detecção de batimentos cardíacos fetais a partir da 10^a a 12^a semana de gestação, possibilitando a avaliação do ritmo cardíaco fetal durante o período gestacional, permitindo um meio simples de estabelecer imediatamente a existência de vida fetal durante a ameaça de aborto, gravidez múltipla e na localização e diagnóstico da placenta prévia, assim como, ouvir o fluxo do cordão umbilical. Com capacidade para monitoramento em ambiente interno e externo. Características mínimas: O sonar Doppler portátil deve possuir som de excelência, sem ruídos ou interferências e alta sensibilidade na detecção do sinal; Transdutor de alta sensibilidade, compacto, leve e de fácil operação; Alto-falante de alta performance; Design ergonômico e suporte para transdutor; Interface moderna com tela LCD colorida; Tela numérica e tela gráfica para acompanhamento em tempo real dos batimentos cardíacos, Sinais de alarme com faixas de batimentos ajustáveis para a bradicardia e a taquicardia; Monitoramento do batimento cardíaco fetal com faixa de tempo ajustável; Saída para fone de ouvido; Porta USB para carga na bateria; Bateria recarregável entre 5V e 9V; Carregador de bateria bivolt; Autonomia máxima do equipamento a cima de 5 horas de duração; Frequência de medição entre 50 a 240 bpm, Frequência de trabalho: $2\text{ MHz} \pm 10\%$; Diâmetro máximo do foco ultrassônico: 50 mm; Profundidade máxima do feixe</p>	40	2	74

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		

ultrassônico: 200 mm e Potência ultrassônica: < 5mW/cm ² . Conteúdo na embalagem: 01 - Sonar doppler portátil 02 - Transdutor 02 - Frasco de Gel 01 - Manual de instruções 01 - Alça para transporte 01 - Bolsa para armazenamento 02 - Bateria compatível 02 - Carregador de bateria bivolt com cabo USB			
---	--	--	--



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2113773

Anexo/Sequencial: 43

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: CAMILLY PERES GONÇALVES,

CPF: ***.497.232-**

Em: 26/03/2026 15:05:45

Aut. Assinatura: cabbb90b34c65f7b0e0e420abc3d8ee0b25c965de1d99ec60f29f252e38b05f2

Assinado eletronicamente por: Luis Carlos Braga Campelo,

CPF: ***.426.092-**

Em: 27/03/2026 12:57:24

Aut. Assinatura: 3671c9904ba659f7afcb397e457412553bebccafd3c8796a5b42d520f0cff62f



Identificador de autenticação: fd372385-7f70-4316-a705-48cefcf931ae

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>